

**HABEAS CORPUS Nº 501.992 - SP (2019/0093088-9)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : FERNANDA PEDROSO CINTRA DE SOUZA**  
**ADVOGADO : FERNANDA PEDROSO CINTRA DE SOUZA - SP306781**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : PAULO AFONSO NOGUEIRA RAMALHO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de PAULO AFONSO NOGUEIRA RAMALHO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento da Apelação n. 0003387-92.2014.8.26.0564, assim ementado:

*"APROPRIAÇÃO INDÉBITA. NULIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA. Preclusão decorrente da prolação de sentença condenatória.*

*Nulidade. Denúncia apócrifa. Exordial acusatória devidamente assinada pelo D. Promotor de Justiça.*

*Nulidade. Intimação pessoal do Defensor para apresentar defesa prévia. Advogado constituído. Intimação pela imprensa oficial, sendo desnecessária a intimação pessoal. Além disso, inexistente prejuízo.*

*Nulidade. Assinatura digital por magistrado diverso do que examinou os autos. Inocorrência. Mero erro material.*

*Nulidade. Subsunção errônea feita pela Autoridade Policial. Mero erro material. Enquadramento legal que não vincula a denúncia e tampouco a sentença. Acusado que se defende dos fatos. Inexistência de vício.*

*Condenação. Possibilidade. Materialidade e autoria seguramente demonstradas. Inexistência de mero desacordo comercial. Dolo suficientemente demonstrado."* (fl. 511)

Consta dos autos que o paciente foi condenado a 1 ano, 6 meses e 20 dias de reclusão, em regime aberto, como incurso no art. 168, § 1º, III, do Código Penal.

A impetrante afirma que não havendo condenação transitada em julgado em desfavor do paciente não pode ser majorada a pena-base, bem como fixado regime

mais gravoso.

Requer, assim, em liminar, a expedição de contramandado de prisão até o julgamento final deste *mandamus*.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Ministério Público Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Devidamente instruído, encaminhem-se os autos ao *Parquet* para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator